

HABEAS CORPUS Nº 536.987 - MG (2019/0295665-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : WESLEY GONCALVES DA COSTA E OUTRO
ADVOGADOS : AMANDA TEIXEIRA VASCONCELOS GONCALVES -
MG146327
WESLEY GONCALVES DA COSTA - MG191004
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS
PACIENTE : IGOR DA SILVA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE RECURSO EM LIBERDADE. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS A EMBASAR A CUSTÓDIA. *WRIT* NÃO PREJUDICADO NESSE PONTO. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MEDIDA DESPROPORCIONAL. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A superveniência de sentença condenatória, na qual se nega ao réu o direito de recorrer em liberdade, não prejudica o *mandamus* que se insurge contra os fundamentos da custódia cautelar, quando, ao mantê-la, o Magistrado apenas reitera as razões aduzidas nas decisões anteriores.

2. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

3. Embora o *decisum* haja mencionado fatos concretos que evidenciam o *periculum libertatis* ao salientar a necessidade da garantia da ordem pública, ante a quantidade de entorpecente apreendido e a prática do delito em companhia de adolescente,

não se mostra tal circunstância suficiente, em juízo de proporcionalidade, para embasar a cautela pessoal mais extremada, em razão da pena concretamente aplicada – 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão – e o tempo em que o réu está encarcerado – mais de 6 meses –, a demonstrar que a medida extrema se mostra desproporcional e irrazoável *in casu*.

4. Ordem de habeas corpus concedida para tornar sem efeito a sentença condenatória na parte em que negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conceder o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**